



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140762 - AL (2021/0000781-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MAURICIO DA SILVA ALVES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MAURICIO DA SILVA ALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0800869-98.2020.8.02.0000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento dos delitos de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006) e posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei n. 10.826/2003).

Sustenta que falta fundamentação idônea à segregação cautelar e que é cabível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para relaxamento da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que o Tribunal reconheceu a necessidade de segregação, pois (fl. 140):

[...] o réu Mauricio da Silva Alves responde a outras duas ações penais em curso (processos nºs: 0700004-46.2016.8.02.0020/Vara do Único Ofício de Maravilha e 0000060-78.2017.8.02.0055/3ª Vara Criminal de Santana do Ipanema) e uma execução penal em andamento (Processo nº 0000208-26.2016.8.02.0055/16ª Vara Criminal da Capital). Assim, não há dúvidas da necessidade da manutenção da medida extrema como

forma de coibir a reiteração criminosa.

Os fundamentos que se alinham à jurisprudência do STJ:

1. Na espécie, o histórico criminal diferenciado do agente, apontando seu envolvimento em delitos, demonstra a propensão à prática criminosa e evidencia a sua efetiva periculosidade social e a real possibilidade de que, solto, volte a cometer infrações penais, já que o caso em comento não se trata de fato isolado em sua vida.
2. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação encontra-se justificada e mostra-se imprescindível para acautelar o meio social, evidenciando que providências menos gravosas não seriam suficientes para garantir a ordem pública. (AgRg no HC n. 603.163/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 9/ 9/2020.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente